

# *Da recessão de ontem à de amanhã*

*6 com. Brasil*

Segundo dados publicados pela Fundação IBGE, a produção industrial em abril último acusou queda de 21% em relação a março, e de 25,8% comparada a abril de 1989. Diante de tais números, poder-se-ia concluir que o Plano Brasil Novo, à vista da maior queda registrada nos últimos 15 anos na área da produção industrial, desencadeou a igualmente maior recessão da nossa história. Cumpre, no entanto, receber com muita cautela tais afirmações, o que não quer dizer que daqui a alguns meses não venha a ocorrer queda muito mais intranqüilizante.

Já em março, registrara-se declínio de 6,9% da produção industrial em relação ao mês anterior, sendo porém a redução observada em abril muito mais significativa, por não haver um único setor que tenha escapado a queda. Esta assume dimensões diferentes, segundo os setores: vai de um mínimo de 2,4% para a indústria de bebidas até um máximo de 62,6% para a de automóveis, devendo-se todavia notar que a maior frequência é a de uma queda setorial de 20%, valor que, repetido, poderia preocupar seriamente.

Na realidade, nada permite projetar os resultados de abril

para os meses seguintes. Com efeito, ele foi um mês totalmente atípico: toda a sociedade estava sob o impacto do Plano Brasil Novo e do sequestro da líquidez. O comércio reagia, voltando a favorecer o crédito ao consumidor sem que as empresas industriais tivessem ainda definido uma estratégia clara para oferecer facilidades aos seus clientes. Por todas essas razões, a indústria — alguns dos seus setores haviam optado por férias coletivas — acusou queda tão violenta. Hoje a situação mudou totalmente, podendo-se ter a certeza de que a produção industrial de maio acusará grande recuperação. Não há mistérios quanto a essas flutuações. Sabemos que a liquidez se recuperou a uma velocidade que chegou a surpreender os membros da equipe econômica do governo, esquecidos do controle dos fluxos monetários. Em maio, o crédito ao consumidor final se ampliou de maneira preocupante, a ponto de levar as autoridades monetárias a medidas restritivas. Enquanto se previa uma crise duradoura para a indústria automobilística, assiste-se agora a uma produção insuficiente nesse setor. São paradoxos da economia brasileira, que costuma reagir

com celeridade surpreendente a situações novas.

Se considerarmos que, neste momento, diversas categorias de trabalhadores, mesmo sem a reintrodução do sistema de indexação, estão obtendo reajustes salariais, poderíamos concluir que logo se voltará a uma situação de grande prosperidade. Seria, a nosso ver, erro tão grave quanto o de interpretar os dados de abril como sinal de grave recessão.

É provável que a queda de abril não volte a se repetir, mas a partir de julho se poderá ingressar num processo recessivo muito mais perigoso por decorrer de causas estruturais e não mais ocasionais, conforme ocorreu em abril. Esta, aliás, parece ter sido a conclusão unânime dos participantes de um seminário que, recentemente realizado em São Paulo, reuniu economistas de nomeada, ex-ministros e atuais responsáveis pela política econômica.

Não se acredita que o governo consiga impor sua política de livre negociação de salários, pelo que se voltará ao sistema de indexação, o qual, à falta de reações, nos conduzirá a um processo inflacionista. Ora, o governo está decidido a combater tal ameaça por todos os

meios ao seu alcance, entre eles a proibição de repasse, aos preços, dos aumentos salariais, e a aplicação de uma política monetária extremamente severa, que não levará em conta a possível elevação dos primeiros.

Sejam esses meios de combate à inflação realmente aplicados, estaremos sem dúvida diante de um quadro que só poderá oferecer como consequência uma brutal recessão. As empresas, enfrentando um sistema de indexação dos salários sem repercussão nos preços, terão como única saída a redução dos seus efetivos. Preocupa a tranquilidade com a qual um membro da atual equipe governamental, praticando verdadeiro terrorismo econômico, admite um desemprego de 60%, quando sabemos que apenas com 10% já estará o Planalto criando uma situação muito difícil. O controle monetário parece-nos uma arma mais eficiente: não exigindo a atuação da Sunab ou do CIP, apenas priva a economia inflacionista do seu combustível. Ao que acreditamos, o governo lançará mão dos dois instrumentos sem recorrer porém a extremos. Isso pode significar que se enfrentará uma recessão prolongada, com inflação não desprezível.